

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia



**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 50ª
(QUINQUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER OS DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS EM VICENTE PIRES,
DE 2 DE JUNHO DE 2022**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a presente sessão ordinária, de quinta-feira, 2 de junho de 2022, às 15h06min.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 49ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.326/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de hoje, 2 de junho de 2022, será transformada em comissão geral para debater os danos causados pelas chuvas em Vicente Pires bem como os prejuízos gerados aos moradores da região.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados, assim como todos que desejarem participar do debate, a comparecer ao plenário. Já está presente a Deputada Arlete Sampaio.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h12min, a sessão é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está reaberta a sessão.

A sessão ordinária de hoje será transformada em comissão geral para debater os danos causados pelas chuvas em Vicente Pires, bem como os prejuízos gerados aos moradores.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dou boas-vindas a todos os presentes. Convido a fazer parte da Mesa o Administrador Regional de Vicente Pires, Sr. Admilson Teixeira; o Subsecretário da Defesa Civil do Distrito Federal, Sr. Luciano Maximiano da Rosa; o Secretário Executivo das Cidades do Distrito Federal, Sr. Valmir Lemos; o Síndico do Condomínio Green Garden de Vicente Pires, Sr. Marcelo Lima Ferreira.

Convido a fazer parte da Mesa estendida à frente o representante do Núcleo de Engenharia da TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, Sr. Diogo Passos; o morador da Chácara 43, o Sr. Luiz Ribeiro; o Assessor Especial da Secretaria de Obras, Sr. Sandro Jardim.

Esta comissão geral que estamos iniciando agora teve origem numa visita. Fui chamado por moradores para ver uma situação que achei bastante grave, após um temporal, num trecho de Vicente Pires. Sou de um lugar em que chove muito, o Estado do Maranhão, e nunca vi nada igual. Era como se um terremoto tivesse passado naquela região.

Pude constatar também – o que me marcou muito – a situação de uma senhora que, felizmente, tinha se mudado para Minas Gerais. Se ela tivesse ficado naquela casinha, certamente não estaria mais entre a gente, dado o turbilhão de água que passou por ali.

O sentido desta comissão geral é descobrir o que aconteceu ali, por que aconteceu, como evitar que, no futuro, venha a acontecer novamente – porque vai continuar chovendo no Distrito Federal –, como a gente evita que situações como aquela se repitam, e que tipo de atendimento pode ser dado àquelas famílias.

Mais uma vez, falo daquela senhora que está no interior de Minas. Tenho certeza absoluta de que ela não tem como reconstruir aquela casa, dadas as condições financeiras dela. Parece-me que ela foi uma das primeiras moradoras de Vicente Pires.

Portanto, a pergunta que vamos colocar é: como o Estado pode ajudá-la a reconstruir sua moradia? O que fazer para que uma situação como aquela não venha a acontecer novamente?

Aqui, não estamos procurando culpados, porque, se fôssemos procurar culpados, a maioria ia dizer que a culpa é de São Pedro. Acho que São Pedro não tem culpa nenhuma daquilo. Outros vão dizer que o pessoal mudou para lá, sem planejamento nem nada, mas a gente sabe como as coisas aconteceram aqui no Distrito Federal.

Hoje pela manhã mesmo, eu estava visitando o Arapoanga, um bairro que está para virar uma região administrativa. O Valmir conhece muito bem aquilo ali. Fico me perguntando: como que, há 25 anos, alguém tomou aquela região, que era de produção agrícola, e vendeu todos os loteamentos? As ruas são tão estreitas que fico a imaginar como um carro de lixo poderá passar por ali. Ele vai entalar simplesmente, dada a largura das ruas. No dia em que houver um incêndio ali, como uma viatura do Corpo de Bombeiros vai entrar? São coisas que aconteceram aqui no Distrito Federal.

Ontem, fui visitar uma usina de tratamento de lixo. Até já peço para o Valmir dar uma verificada naquilo. Ela fica no lugar em que moro. Eu moro no P Sul. A usina fica lá embaixo. Eu não sei como autorizaram – ou não fiscalizaram – a construção de moradias apegadas à usina. É de um palmo a distância entre a usina e as casas construídas.

A usina tem a maior catinga que já senti na minha vida. Lá no Maranhão, a gente chama de fedor. Existe mosca e todo tipo de inseto ali. Um grileiro vendeu as terras que não eram dele, e as pessoas estão ali a morar apegadas à usina.

Acho que até Deus duvida dessas situações que acontecem aqui no Distrito Federal. São coisas que realmente deixam a gente triste.

Queremos debater efetivamente o que houve em Vicente Pires, se foi erro estrutural, enfim. No dia em que eu estive lá, o próprio síndico me dizia que outro síndico não permitiu que a obra passasse por onde tinha que passar. Pode ser uma das origens, mas queremos descobrir efetivamente o que aconteceu, por que aconteceu, quem responsabilizar e como o governo vai ajudar a resolver aquela situação.

Portanto, nós vamos iniciar o nosso debate aqui pelo Marcelo Lima Ferreira, a quem passo a palavra. Você poderá falar daqui ou da tribuna, como você achar melhor. Você irá dispor de até dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Lima Ferreira.

SR. MARCELO LIMA FERREIRA – Boa tarde a todos. Meu nome é Marcelo, sou síndico da Chácara 43, no Condomínio Green Garden, Vicente Pires.

Em março, aconteceu toda essa catástrofe no nosso condomínio, em Vicente Pires; não só no nosso condomínio, mas em Vicente Pires. Tivemos, sim, as chuvas pesadas lá em Vicente Pires, mas já tivemos chuvas piores do que essas, chuvas que duraram um tempo maior. Essa foi uma chuva forte, mas foi uma chuva curta. No nosso condomínio, em média, mais de vinte casas foram danificadas.

Hoje mesmo, Deputado, a Dona Beatriz, que está em Minas Gerais, me ligou para saber como estava. Ela nem sabia que ia haver esta audiência aqui. A casa dela está daquele mesmo jeito de quando você passou lá. Ela é uma senhora muito simples, comprou o lote bem no início e não consegue nem levantar o muro que foi derrubado. A enxurrada veio, derrubou a parede da sala da casa dela e comprometeu a casa toda. O telhado ali está para cair, e não tivemos nem coragem de chegar perto da casa dela com medo de a casa cair. Foram vários alagamentos. Algumas casas ficaram totalmente comprometidas. Todos os móveis da residência, a geladeira, todos os eletrodomésticos, 100% dos móveis foram danificados.

Na época, o Admilson tinha acabado de assumir o Vicente Pires, acho que foi nos primeiros dias, e ele ainda estava meio... Mas ele deu um suporte para a gente, ficou o tempo todo e sempre estava indo lá com a administração. Veio o Deputado Chico Vigilante com essa ideia de a gente fazer uma audiência pública para saber o que está acontecendo.

Como o Deputado mencionou, o antigo síndico não deixou. O condomínio tem cinco ruas, para deixar bem claro, e o projeto do GDF – Governo do Distrito Federal era para fazer apenas uma rua de águas pluviais. Ela entrava em uma rua da guarita, passava na primeira rua do condomínio, e a rede já era instalada no condomínio ao lado. E o antigo síndico não deixou entrar. Não sei por que, ele não morava nessa rua, então acho que não ia beneficiá-lo. Eu não acredito que um síndico ou uma pessoa possa bloquear o Poder Público de entrar no condomínio para fazer uma obra. Eu mesmo, como síndico, não tenho esse poder. O Poder Público vai entrar, beneficiar várias pessoas, e eu vou falar: “Como eu não vou ser beneficiado, eu não vou deixar o governo entrar?” Então, isso aconteceu, mas eu acho que foi muito assim: “Já que vamos ter essa barreira aqui, não vamos entrar aí, não”.

O condomínio precisa dessas águas pluviais. Lá são 119 casas. Cada uma tem o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana. Praticamente estamos num processo de regularização. Pagamos impostos como todos os outros.

Quando o senhor marcou a primeira audiência, até o secretário mandou o engenheiro do GDF, o Sr. Vilmar, que está aqui. Ele já conhecia o nosso condomínio e foi lá dar uma olhada para ver se já tinha alguma rede pluvial ou não. Ele deu o parecer dele do que tinha que ser feito nas outras ruas. Só que a gente precisa dessas redes pluviais. A gente precisa que o governo entre e faça jus àquela quantidade de cidadãos que estão ali. Devem ser mais ou menos ali umas setecentas pessoas, todo mundo pagando imposto.

Todos os outros condomínios de Vicente Pires estão sendo beneficiados. Por que a gente ainda não tem um projeto? A gente ainda não tem um projeto para beneficiar todas as ruas, todas as casas, todos os moradores.

Este é o meu apelo a todos que estão aqui – ao secretário, ao administrador, ao Deputado Chico Vigilante: o nosso condomínio tem que ser olhado pelo Poder Público. Vão acontecer outras chuvas? Vão acontecer várias chuvas, mas a gente precisa ser resguardado por isso.

Como o senhor falou: a gente não vai botar a culpa em São Pedro toda vez que acontecer alguma coisa. Nós precisamos ser atendidos pela grandeza que nós somos ali em Vicente Pires, pois somos um dos maiores condomínios de Vicente Pires. Eu estou aqui fazendo esse apelo em relação a isso.

Há várias coisas: todos os bloquetes, a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, a fiação da CEB – Companhia Energética de Brasília, isso tudo foi o condomínio que fez, pagou-se taxa extra. A gente precisa que o Poder Público entre lá e ajude a gente.

Está bom, Deputado Chico Vigilante? Eu agradeço a oportunidade. Eu queria um empenho maior de vocês que são da máquina pública junto conosco lá no nosso condomínio.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Marcelo.

Acho que o Marcelo já deixou uma reivindicação. Certamente, o Valmir responderá. O maior interesse é que entrem lá dentro e façam as obras. Há um síndico agora que, combinado com os moradores, quer as obras. Anteriormente, havia gente que não queria as obras.

Vamos ouvir agora o Sr. Luiz Ribeiro.

SR. LUIZ RIBEIRO – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os presentes aqui, eu gostaria de agradecer ao Deputado Chico Vigilante o esforço que ele empenhou para que esta audiência pública viesse a ocorrer na presente data.

Creio que seja do conhecimento de todos o que ocorreu em Vicente Pires, o que vem ocorrendo, ao longo dos últimos anos, em Vicente Pires. São obras inacabadas pelo Governo do Distrito Federal que começaram há mais de quatro anos. Obras – segundo o que circula na mídia –, em torno de meio bilhão de reais, que não foram suficientes para impedir que a tragédia que aconteceu em nosso condomínio viesse a ocorrer. Graças a Deus, não foi maior porque eu, como um dos moradores mais afetados da Chácara 43, resolvi mudar o local da minha casa. Se a minha casa estivesse onde estava antes, eu não estaria aqui. Estaríamos mortos eu, a minha esposa e o meu filho de 7 anos de idade.

Esteve presente no local o Sr. Daniel de Castro, antigo administrador. O atual administrador está aqui presente e também esteve no local, inclusive na minha casa, com a promessa de que a administração faria todo o empenho para que os moradores tivessem minimizados os prejuízos pelo terror por que todos passamos.

Coincidentemente ou não, um dia antes da audiência pública cancelada, eu tive a informação de que colocariam uma máquina para retirar o entulho da minha casa. Parece até um cala-boca para que eu ficasse satisfeito com a atuação do Poder Público. Só que ficou por isso mesmo.

A máquina, segundo a administração, estragou, o entulho permanece no mesmo local. Eu tive um prejuízo aproximado de mais de 100 mil reais, porque foi afetado o meu muro – que fazia divisa com a chácara de outro morador aqui presente, o Mateus – e a minha área de lazer. Tanto eu quanto a minha esposa não sabemos de onde tirar.

Mas, diante de tudo isso, o que cada um de nós moradores da Chácara 43 quer não é apenas uma promessa de que o governo vai fazer algo, porque, de promessa, o povo de Brasília está de saco cheio. Promessa do governo de que vai fazer algo nós não queremos mais, nós queremos ação. O que a gente quer é que façam jus a cada centavo de imposto pago por cada um dos cidadãos do Distrito Federal, que ele não seja mais empenhado para pagar empresa de ônibus, como vemos diariamente na mídia, para desvio de verba na saúde pública, o que vemos também. O que cada um de nós quer é que o governo passe a agir de maneira concreta e resolva as situações por que estamos passando.

O prejuízo financeiro pode até nos abalar. A gente trabalha, a gente luta, a gente batalha. O que aconteceu em Vicente Pires? Aqueles que estiveram presentes lá, nos dias logo após as enchentes, viram o terror que foi. Eu tenho vídeos de pessoas que pareciam – eu vou fazer aqui um paralelo – as situações ocorridas no Rio de Janeiro. Eu acho que muitos dos senhores aqui presentes viram as cenas horríveis que aconteceram lá. Isso ocorreu aqui na Capital do Brasil.

Nós temos um governo que é ineficiente, que promete e não cumpre absolutamente nada daquilo que fala. Eles me fizeram abrir um buraco no muro que fazia limite com o lote do vizinho para entrar com a máquina e retirar o entulho, e simplesmente sumiram, sem dar qualquer satisfação. Fui à Administração Regional de Vicente Pires, mais de uma vez, solicitar que fosse cumprido aquilo que o então Administrador Daniel de Castro assumiu. Não foi cumprido. Eu tenho áudios no meu celular de troca de mensagens por WhatsApp. Não foi cumprido. Chega!

O que nós moradores de Vicente Pires queremos é uma solução. São mais de quatro anos em uma obra inacabada. Muitos batem no peito para falar que esse é o modelo de cidade que querem para Brasília. As pessoas que são de fora de Vicente Pires fazem chacota com nós moradores da cidade, chamando a cidade de Enchente Pires.

Até quando a gente vai ver uma situação como essa? Até quando nós moradores vamos suportar um peso desse? Eu tenho certeza de que cada um dos senhores aqui já viu uma situação

dessa na mídia, mas aqui dentro de Brasília, numa cidade com menos de 50 anos, é admitido isso? Vicente Pires há quatro anos está em obras. É isso mesmo o que a gente vai ver? É isso mesmo, Deputado, que a gente é obrigado a aceitar?

Eu me questiono: para onde vai o dinheiro do imposto pago? O IPTU não tarda, não. Se o morador deixar de pagar, no outro ano, há juros, multa, protesto, e o governo não faz nada.

Mais uma vez, Deputado, de fato, eu gostaria de agradecer a presença, a oportunidade de expressar um pouco da minha indignação. Sim, é uma indignação de quem não foi atendido nas suas demandas.

Isto aqui é um grito para que a Administração Regional de Vicente Pires cumpra aquilo que fala. Que o governo mude as ações e passe a de fato empregar o dinheiro público onde tem que empregar, e não na mão de empresários do serviço de transporte público.

Muito obrigado e uma boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos passar agora um vídeo. Eu furei o cronograma e deixei o vídeo para trás. Nós vamos passar um vídeo a respeito da situação da Chácara 43. Depois vamos ouvir o Mateus e, em seguida, as autoridades.

Tenho certeza de que tanto o administrador quanto o Valmir vão trazer boas notícias para os moradores da Chácara 43.

Pode passar o vídeo.

(Exibição de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos ouvir agora o Mateus Carvalho, morador da Chácara 43.

Concedo a palavra ao Sr. Mateus Carvalho por cinco minutos.

SR. MATEUS CARVALHO – Eu queria dar um boa-tarde aos Srs. Deputados, ao Administrador de Vicente Pires.

Eu sou morador da Chácara 43, casa 8, essa que apareceu na imagem. Eu não tenho uma boa oratória, mas vou tentar expressar a minha indignação, primeiramente, com o Poder Público, porque eu nasci em Brasília, meus pais também nasceram em Brasília, e pagamos os nossos impostos. Sou comerciante e sei como é difícil conseguirmos, em nosso País, construir uma casa, ter um lugar onde morar.

Tenho dois filhos, sou casado, minha esposa está grávida, e o que aconteceu foi algo terrível, inclusive eu fico emocionado em falar, emocionado no sentido ruim. Eu estava no meu trabalho, e minha esposa ligou, em chamada de vídeo, e eu a vi, com meu filho nas costas, de 7 anos de idade, com água até o peito. Quando eu cheguei, vi tudo destruído, minha casa toda destruída, os móveis, o berço das crianças, as roupas, os documentos, tudo isso destruído.

E eu pergunto aos senhores: os senhores se imaginam em uma situação dessas? Um pai jovem, de família, como eu, 30 anos de idade, ter que passar por uma situação dessas? A minha conta de água está atrasada. Por quê? Porque a enxurrada quebrou os canos e minha conta de água veio em 700 reais. O Poder Público foi lá ajudar? Pago IPTU, faço um sacrifício para pagá-lo, pois sou comerciante. E pergunto aos senhores: para que esse IPTU? Eu pago IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores. Para que esse IPVA?

Eu não sou nenhum estudioso, não sou nenhum político, não tenho partido político, só que eu quero mostrar aqui a minha indignação. É um descaso! Eu, que nasci em Brasília, sou filho de Brasília, os meus avós trabalharam na construção desta Capital! Agora, deixe de pagar os impostos, para ver o que acontece! Se eu deixar de pagar o IPVA, eles tomam o meu carro; se eu deixar de pagar meu IPTU, eles tomam a minha casa.

Depurar com uma situação dessas é um total descaso do Poder Público, irresponsabilidade de quem fez a obra. Porque eu pergunto aos senhores: foi algum engenheiro? Porque eu, como leigo, como a maioria dos senhores, em engenharia – não sei se alguns aqui entendem –, se olho uma situação daquela, falo: “Isso não está certo”. E o Poder Público diz: “Não, nós gastamos 520 milhões”. Quinhentos e vinte milhões do contribuinte, do nosso bolso, do meu bolso, porque eu

acordo todos os dias de manhã para ir trabalhar! Do meu bolso, do seu bolso, gastar numa obra daquele nível, onde você não pode dormir sossegado, por conta da enxurrada.

Eu moro lá há vinte anos, sou morador da Chácara 43 há vinte anos, basicamente fui criado em Vicente Pires, numa situação dessas! Meu filho não consegue dormir, porque tem medo de chover. É um total descaso com as famílias daqui, sabe? Um total descaso. Eu queria que vocês se colocassem no meu lugar agora.

Até hoje, nós estamos passando dificuldades por conta disso, porque eu tive que refazer o muro lateral, porque estava aberto, a chuva veio e arrastou o muro; tivemos que comprar coisas, porque não tínhamos mais roupa; não tínhamos mais onde dormir, porque a cama e o berço das crianças foram arrastados pela água; nossa mesa de jantar foi arrastada pela água, a geladeira ficou boiando, a água chegou a um metro e meio dentro de casa. Se meus filhos não tivessem ido para a parte de cima, não sei o que teria acontecido.

Eu espero que esse ato não seja um ato político, mas seja um ato, realmente, de solidariedade do governo, porque quem tem um coração consegue perceber um pouco do que eu passei. E eu fico imaginando aquele pessoal do Rio de Janeiro, o que eles passaram!

Graças a Deus, eu estou com saúde, meus filhos estão com saúde. Graças a Deus, os prejuízos foram materiais. Mas, para a gente que trabalha todos os dias, dá o sangue para manter uma família, no Brasil, que é complicado, é muito duro ver aquilo. É muito duro o senhor chegar em casa e não ter onde dormir. É muito duro você chegar em casa, abrir o guarda-roupa, querer vestir uma roupa e não ter uma roupa. E, mais duro ainda, é ver os meus filhos, duas crianças, de 7 e 8 anos, traumatizados com a situação.

E qual a resposta do Poder Público até hoje? Nenhuma. Pelo menos, ajudar a tirar o entulho, mas até agora não concluíram. Prometeram, e não concluíram. Pelo menos, reduzir a minha conta de água, porque não foi minha culpa. O cano da água estourou, a conta veio um absurdo, e, daqui a pouco, vão cortar a água, porque eu não tenho condições de pagar.

Então, eu peço aos senhores que se atentem à situação minha e daqueles moradores. Essa senhora que o Deputado mencionou, ela chegou a morar lá, e eu a conheço, está em Minas Gerais. É uma senhora que tem um filho deficiente, e a casa dela foi devastada. Foi aberto um buraco de 2 metros de largura na sala de jantar dela. Na casa de outro vizinho, a gente via televisão de 30 polegadas boiando, geladeira batendo nas vidraças e quebrando. E o que o Poder Público faz para resolver isso?

Eu repito: espero que isto não seja somente um ato político! Eu espero que seja uma maneira de resolver o problema e de, no mínimo, nos ajudar! Isso é o mínimo que o Poder Público pode fazer por mim e pelos moradores! É o mínimo!

Até agora, existe um buraco na minha casa. Estou dormindo com a porta da minha casa aberta, porque a porta foi arrastada, o muro foi arrastado. Eu durmo na parte de cima, porque a parte de baixo foi devastada! Nós estamos numa cozinha improvisada. E o Poder Público, simplesmente, manda os boletos: IPTU, Caesb, CEB. Os boletos não param de chegar!

Então, eu queria que os senhores realmente observassem a minha situação e pudessem nos ajudar! Eu quero pedir ao Deputado que os senhores olhem para a gente! Eu sei que o senhor é pai de família, eu sei que o senhor é homem como eu. Eu só tenho 30 anos de idade e estou aqui fazendo um apelo. Eu não estou acostumado a falar publicamente, mas eu quero fazer um apelo aos senhores: para os senhores olharem para Vicente Pires, para aquele povo! São tantos anos de sofrimento! Tantos anos de descaso público!

É isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, Mateus.

Neste momento, registro a presença dos Deputados Valdelino Barcelos e Leandro Grass.

Acho, Secretário Valmir, que os depoimentos aqui são carregados de emoção pela situação que eles estão vivendo. Eu, sinceramente, imaginava que, pelo menos, aquele entulho já havia sido recolhido. Até porque, como é que eles vão fazer obra com aquele entulho todo? Não vão conseguir fazer nada. Quer dizer, além de eles terem tido tudo destruído, ainda devem pagar para tirar o entulho?

Portanto, eu tenho certeza de que vocês, ao abordarem essa situação aqui hoje, vão apontar soluções para esses problemas da Chácara 43. E, repito, o que eu vi lá não é obra da natureza, não aconteceu porque Deus quis que acontecesse. Ali foi erro! E quem errou tem que ser responsabilizado pelo erro. Esse síndico que não permitiu a entrada... O Poder Público pode! Tinha que ter entrado, até porque depois vem a consequência. Onde anda o síndico que não permitiu a entrada? Ninguém sabe. Mas o estrago do gesto irresponsável dele está na vista de todo mundo.

A impressão, Secretário Valmir, de quem vai lá agora, é que não há diferença nenhuma dos bombardeios que estão acontecendo na Ucrânia. O cenário é o mesmo. Mas na Ucrânia, são bombas, e, em Vicente Pires, são chuvas, o que é mais grave. A situação é mais grave do que a que está acontecendo em Recife, porque ali as pessoas estão em área de risco e não deveriam estar, mas Vicente Pires não é área de risco. Pelo menos na parte de cima, não é área de risco. Todos nós sabemos que Vicente Pires era uma chácara de produção agrícola que foi vendida por gente esperta, que achou que ganharia mais dinheiro plantando casa do que plantando alface, não é? Mas o Estado permitiu que a área fosse vendida, e foi permitida a permanência de vocês ali. Portanto, as pessoas que compraram não devem ser penalizadas por isso.

Nós vamos começar a ouvir as autoridades da Mesa. Vamos começar pelo Subsecretário da Defesa Civil. Os bombeiros e a Defesa Civil são os órgãos mais acionados do Distrito Federal, porque, quando há um incêndio, está lá a Defesa Civil junto com os bombeiros.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário Valmir Lemos.

SR. VALMIR LEMOS – Boa tarde, Deputado, é uma satisfação poder estar aqui na Câmara participando desta audiência pública.

A título de colaboração, se o senhor permitir, nós temos aqui a equipe da Secretaria de Obras, uma equipe que tem boas condições de fazer uma apresentação rápida do trabalho que vem sendo feito pelo Distrito Federal em Vicente Pires. E, a partir daí, nós poderíamos avançar um pouco mais no caso específico das chuvas, se o senhor entender por bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está tranquilo. Eu aceito a sua sugestão. Vamos ouvir o pessoal da equipe de obras, que pode ir à tribuna. Inclusive, quem sabe eles já trazem pelo menos uma solução para a remoção do entulho. Vou lhe conceder dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Sandro Jardim.

SR. SANDRO JARDIM – Boa tarde a todos. Meu nome é Sandro Jardim. Eu sou assessor especial na Secretaria de Obras. Atuo na Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização de Obras. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a secretaria tem noção do problema. Ela se compadece com os relatos que a gente ouviu aqui. Realmente são relatos bastante comoventes. Mas, na qualidade de técnico da secretaria, eu vou passar alguns dados com relação às obras que foram executadas, aquelas que ainda estão em execução e aquelas que serão executadas.

Essas obras de Vicente Pires têm origem em projetos que foram elaborados entre 2007 e 2010, e a obra propriamente dita começou a ser executada a partir de 2015. Então, a gente tem uma defasagem muito grande entre os projetos e a obra. E houve um crescimento do setor habitacional durante esse período.

A gente já tem um primeiro problema, que é, por diversas vezes, a incompatibilidade daquilo que havia sido previsto com aquilo que precisava ser executado de fato. Ao longo de todo esse tempo, a secretaria, em conjunto com a Terracap, veio adotando diversas medidas mitigadoras para eliminar o máximo de interferências possíveis, interferências de ordem, às vezes, fundiária, técnica ou até mesmo de ordem política, como foi o caso do condomínio, de maneira a abranger a maior quantidade possível de obras com o menor impacto possível.

Nós temos hoje aproximadamente 70% das obras previstas executadas, um total gasto da ordem de 350 milhões de reais. Nós temos dois contratos em andamento e, se não me falha a memória, mais dois em fase de projeto e licitação justamente para atender esses casos pontuais.

Em Vicente Pires, há características diferenciadas para cada região do setor. Então, a solução técnica para o setor onde fica a Chácara 43 é uma, que é diferente da solução técnica para a Colônia Agrícola Samambaia. Então, esse é um tema bastante complexo. Eu não consigo adotar a mesma solução para todo mundo. A gente tem que analisar caso a caso.

Especificamente no caso da Chácara 43, nós estamos concluindo as obras de drenagem que foram executadas na Rua 12, na marginal da Estrutural. São áreas que captam parte dessa água que vai para lá, que escorre e que chega na Chácara 43, na Rua 3B.

Temos, em fase de projeto, mais uma outra obra – eu não me lembro agora da chácara –, na região da Chácara 3, que vai captar também parte dessas águas. O objetivo é diminuir a quantidade de água que chega ao final da rede, no final da rua. Hoje, toda a água da chuva escorre a partir do topo de Vicente Pires, próximo à casa de material de construção Casa Forte. A água drena dali e vai escorrendo até chegar ao fundo.

Então, essa rede de drenagem que vai diminuir a quantidade de água está sendo concluída agora. A previsão de conclusão é até o final deste ano, com algumas obras complementares ainda para o ano de 2023. E, com relação aos outros projetos, talvez até o ano de 2023, eles consigam ser implementados.

Com relação ao regime de chuvas, eu gostaria de passar a palavra para o Dyego, que é assessor na área ambiental da Secretaria de Obras. Ele pode dar um panorama desse regime de chuvas e de como isso interfere em Vicente Pires.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Tranquilo. Você está com a palavra, Dyego. Quer falar daqui ou daí, Dyego?

Concedo a palavra ao Sr. Dyego Randson Guerra de Medeiros.

SR. DYEGO RANDSON GUERRA DE MEDEIROS – Primeiramente, quero agradecer à composição da Mesa e agradecer o convite aqui do Deputado Chico Vigilante para esta audiência pública, que é de extrema importância.

O que eu queria dizer para V.Exa., Deputado, e para os demais presentes aqui é que Vicente Pires, como o colega da secretaria colocou aqui, é um bairro que tem certas peculiaridades, diferente das de outros locais.

A gente vive numa região onde a gente tem a Colônia Agrícola Samambaia. Por exemplo, a velocidade do córrego muda completamente, boa parte acima de 2 metros por segundo, o que já é um uma vazão e uma velocidade até crítica. Temos Vicente Pires perto da Chácara 43, que é uma área mais plana. Então, o regime pluviométrico e o escoamento dos córregos que recebem toda essa captação que é lançada são diferentes.

Com relação ao regime hídrico e à chuva que ocorreu nos dias 11 e 12, segundo dados do INMET – Instituto Nacional de Meteorologia, a média anual da precipitação acumulada em Brasília é de 1.477 milímetros. No mês de março, as médias históricas medidas de 1991 até 2020 são de 226 milímetros. O Inmet registrou, dos dias 12 a 13 de março, cerca de 70 milímetros de chuva.

Só para a gente ter uma ideia, nas duas últimas décadas, houve três ocorrências acima de 50 milímetros. A gente não quer atribuir a São Pedro, mas, nesse dia, em Vicente Pires, houve algo, e caíram 70 milímetros. Não é justificativa. Eu não quero dizer que esse é o principal problema, mas, somado a isso, a gente tem que entender que, se não tivesse havido obra lá, imaginem a tragédia, como o colega síndico colocou. Acho que foi o outro colega aqui que comparou com o Rio de Janeiro. Então, não tenho como precisar o impacto disso, mas, com certeza, seria muito pior.

A gente tem algumas imagens – não sei se a gente vai conseguir colocar aqui hoje – da obra em si. Nós temos galerias em Vicente Pires com 3 metros de diâmetro. Uma coisa importante de a gente frisar aqui é que as obras seguiram todos os parâmetros legais, e a obra não corre sozinha. Quando a gente realiza o projeto, ela passa por vários órgãos.

Eu não sei se é do conhecimento de todos. A ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico está tentando implementar em outros, mas a única unidade da Federação em que existe outorga para lançamento de águas pluviais é o Distrito Federal, por força da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, por meio da Resolução nº 9, de 2011. Então, existe todo um arcabouço técnico-legal para realizar um projeto dessa envergadura, para realizar o investimento e aplicá-lo.

Sabemos das dificuldades. Sabemos que temos que ir além, melhorar e atender muito mais ainda a comunidade, mas eu posso dizer que, dentro dos preceitos legais e técnicos, as nossas ações aqui na Secretaria de Obras estão sendo pautadas nesse sentido.

Fico à disposição da Mesa e dos demais colegas. Qualquer dúvida, estamos aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Antes de passar para os demais integrantes da Mesa, eu queria indagar à Secretaria de Obras: com essas obras que estão sendo feitas, dá para prever que, no próximo período de chuvas, não vai acontecer o que aconteceu agora?

SR. SANDRO JARDIM – Prever a gente não consegue, porque, como o colega da área ambiental falou, existem regimes de chuva que podem ocorrer de maneiras diferentes. Agora, o que a gente tem com certeza é que, dentro dos critérios técnicos, a obra é feita para abarcar isso e para evitar esse tipo de situação. Certo?

Então, como eu falei, hoje a gente tem uma área de contribuição para aquela rua que corre para a Chácara 43 muito grande, que pega toda a Rua 12, toda a marginal da Estrutural, Rua 10B, parte da Rua 3 e a própria Rua 3B, que é a de vocês, não é isso? Isso. Então, toda essa água hoje não está sendo captada, porque a obra ainda está sendo concluída, com previsão de término para agora no final do ano. A gente espera que, com essa rede concluída, boa parte dessa água vai ser drenada; provavelmente, a gente não deve ter esse problema no futuro. É para isso que a gente trabalha.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu queria saber se, com todo o trabalho que está sendo feito, na próxima temporada de chuva, ou seja, no próximo período de chuva, não vai acontecer a mesma coisa.

SR. SANDRO JARDIM – Esperamos que não aconteça.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra ao Subsecretário da Defesa Civil, Sr. Luciano Maximiano da Rosa.

SR. LUCIANO MAXIMIANO DA ROSA – Boa tarde, Deputado, muito obrigado por ter nos convidado. Quero agradecer a presença do Secretário Valmir e também do Sr. Admilson, administrador.

A Defesa Civil, igual ao Corpo de Bombeiros, entende a situação das pessoas no momento de calamidade, só que a gente precisa sempre criar uma correlação. Não é possível, humanamente, ter 100% de garantia. Por isso que a Defesa Civil está sempre criando, sempre trabalhando, sempre estudando. O Corpo de Bombeiros sempre está tentando evoluir, porque a gente tenta evitar o máximo possível que o risco aconteça, porque o risco é o encontro da ameaça com o que é vulnerável.

Ameaça de chuva, o Distrito Federal sempre vai estar sob esse risco, agora, o risco é forte quando há uma área vulnerável. Em relação a Vicente Pires, lá era um setor cuja estrutura era a vegetação, está acostumado a captar água através do terreno. A maioria do Distrito Federal é assim, e toda vez que o ser humano coloca uma construção, ele modifica o ambiente, então, para cada solução que a gente cria, acaba gerando dez outros problemas inéditos que a gente não sabia que iam acontecer.

Por mais que haja uma previsão para uma rotina de chuva normal no DF, o sistema pluvial que está lá vai atender, agora, ele precisa ser mantido, as construções precisam observar que se evite a impermeabilização do solo. Se acontecer uma situação dessas, de chover 30% do mês todo em uma única noite, não há sistema que dê conta.

A gente vai sempre trabalhar nessa situação de risco; existe um planejamento para se tentar criar um sistema de monitoramento de alerta, só que ele é muito complicado de se fazer. Em Vicente Pires, a gente não tem nenhuma estação que possa medir quanto chove só naquela região. Aquilo que está sendo informado foi o que choveu no Distrito Federal, dados que se pegam de uma maneira média. Lá pode ter chovido muito mais. E, cada vez que a gente coloca um telhado, eu vou acelerando a água; eu coloco um asfalto, um estacionamento, a água quer entrar no solo, e, se ela não consegue, com a inclinação, ela vai acelerando e, se houver lixo, vai ganhando mais peso. A água por si só já é um peso considerável.

Eu entendo que a situação em Vicente Pires é sempre lidar com os extremos, é uma situação em que, se começar a chover, as pessoas que estão em área mais vulnerável a enchente devem ser

alertadas porque, mesmo com esse sistema, não há garantia. Não vai chegar aquela enxurrada atravessando a casa, mas ela vai desembocar no riacho, esse riacho vai se sobrecarregar, porque não vai conseguir dar vazão ao longo do curso dele. Vai sobrepor o leito normal dele e vai entrando pelas margens. Então, as casas mais próximas das margens têm essa vulnerabilidade.

Eu acredito que, por mais que a gente tenha investimentos nesse setor, é impossível ter uma garantia plena. Agora, o ideal é que a administração busque soluções diferentes, porque, na rotina, a gente consegue trabalhar bem; nas situações de emergência, a gente não tem um protocolo pelo qual eu possa utilizar o Poder Público para fazer uma manutenção predial em uma área que é particular.

Há muitos entraves nessa situação. É mais fácil para o governo demolir uma residência e construir em outro local do que trabalhar naquela área que está vulnerável. Eu acredito que haja meios de solucionar, mas, infelizmente, a administração é amarrada pelas leis, a gente faz aquilo que é possível. As leis nos permitem fazer muitas coisas, mas elas também nos vedam em inúmeras coisas.

Então, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros procuram atender a pessoa na parte extrema, que a gente não tem nada que consiga evitar. A gente busca evitar, ao máximo possível, a perda de bens e de vidas. Eu fico feliz, porque lá, no evento, a gente só teve perdas de bens, mas, para uma família, isso é um desastre. Para Vicente Pires, foi um evento que prejudicou bastante. Agora, para o Distrito Federal, de uma maneira geral, isso foi muito isolado. A gente tem que ter essas proporções.

O evento lá sobrecarregou a Defesa Civil. A gente quase não teve condições de trabalhar. Nosso efetivo é de 34 pessoas para atender o Distrito Federal todo. Comparem com o do Corpo de Bombeiros, que é de 5 mil. E ainda foi difícil, para eles, trabalhar.

É uma situação para a qual, na prática, a gente tem que estar preparada, porque vai acontecer. A gente precisa começar a desenvolver uma percepção de risco para a pessoa saber: se eu estou em uma área vulnerável, e está começando uma precipitação, eu tenho que ir para um local seguro, porque não vamos ter um veículo à prova de acidentes, e acidentes de trânsito vão acontecer. A gente vai tentar fazer o possível para que não se tenha a perda da vida, mas a perda do veículo vai acontecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos ouvir agora o Administrador de Vicente Pires, Sr. Admilson Teixeira.

Concedo a palavra ao Sr. Admilson Teixeira.

SR. ADMILSON TEIXEIRA – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar aqui o nosso Deputado Chico Vigilante. Deputado, temos um amigo em comum que lhe mandou um abraço, que é o Luiz Dulci, que falou comigo hoje pela manhã. Falei que estaria aqui na Câmara com V.Exa.

Cumprimento também aqui o nosso Secretário Valmir Lemos, Secretário Executivo das Cidades; o nosso Subsecretário da Defesa Civil, Luciano Maximiano da Rosa; o Marcelo Lima Ferreira, síndico; o Mateus; o Luiz também. Na pessoa do Luiz, eu cumprimento todos aqui presentes.

É muito importante trazer esse fato. Primeiramente, eu gostaria de me sensibilizar aqui, Luiz, pelo fato. Falo como morador da cidade também. Há 21 anos que vivo ali naquela cidade. Eu amo Vicente Pires. Falo de coração. A sensibilidade que trago também é justamente pelo que vocês passaram. Acompanhei de perto. O Marcelo e outras pessoas também sabem disso.

Eu estava em casa. Eu era o chefe de gabinete na época, inclusive. O Daniel de Castro era o nosso administrador, mas, como ele estava de abono, eu assumi a administração durante esses dois dias, praticamente três dias – porque ele voltaria na terça-feira, mas ele voltou na segunda. Choveu no dia 12 e no dia 13 de março. Foram aproximadamente alguns milímetros de água, como foi citado aqui, em poucos minutos – acho que nem 1 hora de chuva.

A nossa cidade – eu costumo sempre dizer, Deputado e demais – é uma cidade que não foi planejada. O Luiz falou aqui que é uma cidade que tem aproximadamente quatro anos de obra. Não são só quatro anos de obra. O processo começou em 2007. Em 2013, foi para licitação. Em 2015, como disse o nosso amigo, ele foi executado, começou a execução das obras. Então, como morador há 21 anos, nós sabemos o que passamos ali nessa questão.

Agora, falando como administrador – inclusive eu peço, em público, perdão ao Luiz e ao Mateus, como administrador –, eu pensei que já tinha resolvido a questão da retirada dos entulhos, Mateus e Luiz. Eu falo abertamente com vocês porque, para mim, já tinha sido resolvido esse problema, porque não houve mais procura. Com o trabalho da cidade, andando para cima e para baixo, eu pensei que já tinha sido resolvido. Como essa audiência já tinha uma data marcada e depois foi cancelada, para mim, estava tudo ok.

Eu reconheço e coloco a administração à disposição. Nós somos apenas 53 funcionários na administração, mas não é por isso que nós vamos deixar de ajudar, Deputado.

O Marcelo também sabe disso, porque, no dia 13, eu estive lá no condomínio assim que choveu. Nós acionamos a Defesa Civil, acionamos o Corpo de Bombeiros, e eu coloquei o pessoal da administração à disposição. No lote do Luiz, por exemplo, o nosso maquinário quebrou acho que duas ou três vezes – não foi isso, Luiz? Quebrou a correia, porque a gente estava tentando tirar os entulhos, e lá, realmente, ficou muito complicado, pelo local. O Efrain também está ali e sabe disso, que nós fizemos o acompanhamento necessário. A administração não se omitiu, ou seja, o GDF não se omitiu em procurar ajudar.

Como foi relatado aqui, Deputado, a gente tem acompanhado as obras de Vicente Pires. Hoje, por exemplo, faltam 10% das obras para serem concluídas, e a gente está num corre-corre. Já foi ajustado todo o cronograma juntamente com a Secretaria de Obras. Nós estivemos em uma reunião, semana passada, com o Secretário Luciano, que esteve visitando a cidade. E ajustamos todo o cronograma para finalizar essas obras, aproximadamente, até dezembro. Não é isso, secretário?

Eu tenho certeza de que essa situação – eu falo com toda sinceridade – não ocorreu só na Chácara 43. Até na minha rua, também, houve problema, porque a quantidade de água que caiu foi imensa. Meu condomínio não tem problema com água, mas, nesse dia, realmente, houve algumas situações em que entrou água em casas, e houve também alguns prejuízos.

Sobre essa situação que estamos colocando aqui hoje, neste plenário, sobre a correção, sobre o que vai ser feito, eu tenho certeza de que o nosso secretário tem algumas propostas, tem alguma fala que vai contribuir com essas ações para que, no futuro, isso não venha mais a ocorrer. Porém, como diz o nosso Diretor de Obras, não depende só das obras, também depende da condição temporal, de São Pedro, digamos assim.

Depois eu verifiquei em alguns jornais... Eu até trouxe algumas matérias que falavam que nunca ocorreu isso, essa chuva tão forte, como ocorreu nesses dois dias, 12 e 13 de março. Como morador e nascido em Brasília, eu realmente nunca tinha visto nada como aquilo.

Eu acho importante a gente colocar aqui que não houve omissão do Governo do Distrito Federal. O governador tem se preocupado de uma forma muito clara e transparente.

Esses investimentos para a execução da obra, junto com esse planejamento... Esse projeto que está sendo executado é um projeto que vai trazer tranquilidade para a comunidade de Vicente Pires.

O Marcelo, inclusive, até lembra – não é, Marcelo? – que, na segunda-feira, nós estávamos lá. Ocorreu esse fato no sábado e no domingo. Engraçado que, no sábado e no domingo, eu estava justamente nos dois locais. Eu fui lá pessoalmente para ver a necessidade dos moradores. Eu até acho que, no domingo, eu estava com o caminhão pipa lá – não é, Marcelo? – para lavar a rua. Já eram 22h. Tiramos dali aproximadamente quatro caminhões de terra daquela rua. Foi bastante terra.

Então, onde realmente a administração conseguiu ajudar, onde pôde ajudar, nós tentamos. Vamos continuar, Luiz e Mateus, esse trabalho. Vou ver a possibilidade de a gente voltar lá e dar uma olhada para ver, realmente, o que a gente pode fazer.

Deputado, eu encerro aqui a minha fala agradecendo a oportunidade.

A administração está de portas abertas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Secretário Valmir, o senhor é um homem de ação, porque é policial civil, é delegado de polícia. E delegado, quando há uma situação muito séria numa comunidade, ele planeja, vai lá, executa, captura os malfeitores e dá tranquilidade para aquela comunidade.

Os malfeitores daquela chácara são aqueles entulhos que estão lá, juntando rato, juntando barata. Aquilo pode juntar mosquito da dengue, pode juntar de tudo. Ali, hoje, inclusive, é uma questão de saúde pública.

Portanto, a sugestão que vou dar para o senhor... Ali nós temos questões de curto, médio e longo prazo. Qual é o curto prazo? Remover aquilo tudo, até para que eles possam reconstruir. Quem puder, porque a dona menina lá de Minas não vai dar conta de reconstruir, a não ser com a solidariedade de outros. Mas há pessoas cuja casa foi destruída que, dando-se um jeito de tirar o entulho, já começam a construção. Esse é o curtíssimo prazo, ou seja, para executar agora.

Depois, tem a questão sobre se vão alterar a licitação e tudo, para fazer com que tenha a captação da água da região e o feito não se repita. Aí é a médio prazo.

A longo prazo, ao final, vou apresentar uma sugestão para o senhor levar ao Zé Humberto, Chefe da Casa Civil, e ao próprio governador. Aí vou explicar qual é a sugestão que estamos fazendo.

Vi, outro dia, uma matéria que dava conta de que temos hoje, no Distrito Federal, 35 áreas de risco, coisa que não tinha aqui antigamente. O senhor, que é da Defesa Civil, sabe que não tinha. No tempo em que tinha planejamento no Distrito Federal, não tinha área de risco. Hoje tem. Tem área de risco em Vicente Pires, no Pôr do Sol, no Sol Nascente, em Arniqueira... Muita gente não sabe, mas, em Arniqueira, existem casas penduradas muito parecidas com as dos morros do Rio de Janeiro. O senhor, que é da Defesa Civil, já viu aquilo ali. É um lugar em que jamais deveriam ter permitido construção, mas estão lá, construídas. Tem em Sobradinho, tem na Fercal, tem em todo canto hoje. São 37 áreas de risco.

Portanto, ao final, vou fazer uma sugestão, para o governo atender a essas questões de área de risco, porque, se é de risco, vai acontecer algum desastre no Distrito Federal.

Secretário Valmir, eu gostaria que, na sua fala, o senhor pontuasse até que dia vão tirar aquele entulho todo, porque a administração, sozinha, não dá conta. A Secretaria das Cidades tem meios. A Secretaria de Obras tem como ajudar. A NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil tem como ajudar. Portanto, a gente pode dar um prazo aqui: o entulho será tirado até tal dia. A licitação vai acontecer. As alterações para a captação serão feitas até tal mês. Ao final, vou dar outra sugestão.

O senhor está com a palavra, Secretário Valmir.

Concedo a palavra ao Secretário Valmir Lemos.

SR. VALMIR LEMOS – Muito obrigado, Deputado.

Cumprimento-o na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. É uma satisfação estar aqui.

Cumprimento o nosso Administrador, Sr. Admilson Teixeira, e o Subsecretário da Defesa Civil, Sr. Luciano Maximiano.

Cumprimento o síndico Marcelo Lima e aproveito para cumprimentar o Luiz Ribeiro e o Mateus Carvalho, que fizeram uso da palavra, assim como os engenheiros Sandro Jardim e Diogo Passos, que aqui estão representando também o Poder Público.

Deputado, pela fala de V.Exa., percebo que o senhor é mais operacional do que eu. O senhor já apresentou ações de pequeno, médio e longo prazos. A gente está sempre aprendendo com o senhor, que é uma referência.

Eu tomei nota de algumas coisas. Primeiro, quero registrar aqui a imensa tristeza que o Distrito Federal viveu naqueles dias em Vicente Pires. Desde que começamos o trabalho, Vicente Pires foi uma das regiões que mais recebeu recursos do Distrito Federal. Os planejamentos de investimentos na área de engenharia contemplaram quase sempre a região de Vicente Pires. Por quê? Não vou entrar no detalhe da questão histórica de Vicente Pires, mas todos sabemos que aquela região foi ocupada de forma diferente daquilo que se busca.

Quando o Governador Ibaneis assumiu o governo, ele entendeu que seria necessária a realização de obras de infraestrutura. Essas obras de infraestrutura demandam tempo e exigem licitações vultosas. São editais difíceis de serem elaborados, que precisam estar tecnicamente de

acordo com o que o Tribunal de Contas exige, e isso nem sempre é possível dentro do tempo que a gente gostaria.

Mas, independentemente da questão administrativa, que não é o caso, peguei aqui alguns pontos que foram citados pelo Marcelo, pelo Luiz Ribeiro e pelo Mateus. Eu queria dizer, primeiro, que estive também em Vicente Pires. No dia seguinte àquela situação, estive lá e andei por dentro das casas. Inclusive, essa filmagem que foi apresentada aqui... Eu circulei por mais de uma casa. Acho que passei até na casa do Mateus. Ele comentou que estava com a família e que os parentes que estavam lá ajudaram a retirar as coisas.

O sofrimento e a preocupação que vocês viveram não têm preço. Foi uma experiência por que vocês passaram que temos de respeitar e tentar minimizar nesse instante, de alguma maneira.

Anotei aqui, também, alguns pontos que considero interessante pelo menos a gente ouvir, para saber se tem algum peso ou não em tudo que aconteceu até hoje. Como o Deputado colocou, esses fatos ocorreram em março, e estamos praticamente começando junho – o mês de maio acabou agora. Nesses poucos mais de dois meses, tivemos três fatos que pesaram bastante para que as ações, de alguma forma, não fossem tão rápidas quanto gostaríamos.

Primeiro, quando estive lá, conversamos bastante, e havia uma instabilidade do solo. Não sou engenheiro, mas ouvi, nas visitas que fiz, que, em razão do volume de água e de material que foi danificado, havia uma instabilidade de solo e que, com qualquer operação que fosse feita ali, o estado das casas vizinhas ou até mesmo daquelas que já tinham sido atingidas poderia piorar. Havia partes que tinham sido totalmente destruídas, e isso poderia ampliar a destruição do terreno.

Outra coisa que também pesou foi que havia uma previsão de novas chuvas. Nós estávamos trabalhando *pari passu* com as informações do Inmet, e havia risco de novos temporais, que, se viessem com obras sendo realizadas ou máquinas trabalhando, talvez a situação naquela região ficasse ainda mais comprometida.

Na medida em que o tempo firmou, tivemos um fato novo, que não dependia de São Pedro, como foi colocado aqui: a Patrulha Motomecanizada da Novacap tem contrato, ele expirou e estava sendo renovado. Houve um atraso, por conta de um edital que foi reanalisado pelo Tribunal de Contas, e essa patrulha, de certa forma, é a que utilizaríamos e utilizaremos nesse trabalho de retirada de entulho.

Se eu não estiver enganado, ontem houve uma audiência, e, nela, essa patrulha foi liberada. Agora, então, temos condições de trabalhar de forma mais plena naquela região e em todo o Distrito Federal.

Outro ponto que destaquei e que eu gostaria de abordar, respeitando todas as opiniões, é que, salvo engano, foi o Luiz quem mencionou a questão das obras – porque o governo fala muito de obra.

Eu queria dizer que o governo não fala de obras, o governo tem mostrado que tem feito obras. Temos hoje, catalogadas, mais de 1.600 obras em todo o Distrito Federal, sendo elas pequenas, médias e grandes. Todas elas são pensadas para o benefício da população. Não há nenhuma obra que seja feita pensando-se: "Ah, isso aqui vai ser bom para a ou para b". Não. Ela é pensada para a coletividade. E volto a dizer: entre as 33 regiões administrativas, Vicente Pires, na figura do ex- Administrador Daniel de Castro, foi uma das que mais recebeu investimento. Não tenho procuração para falar em nome do Dr. Daniel de Castro, mas ele foi um dos melhores administradores que tivemos no Distrito Federal, no período em que estou à frente da Secretaria das Cidades. E, com certeza, ele não fez tudo o que gostaria, mas fez tudo aquilo que era possível, dentro das condições que tinha.

Diante disso, eu queria só, para concluir a minha fala – acho que três minutos são suficientes, não é? –, dizer, primeiro, que, em relação ao orçamento e à execução orçamentária do Distrito Federal, as contas do Distrito Federal são todas abertas, auditáveis e estão à disposição de todos para quem quiser analisá-las e, se for o caso, propor remanejamento. Se achamos que botar dinheiro no transporte é um desperdício, botar dinheiro na saúde e na educação é um desperdício, podemos remanejar para que possa atender melhor à população.

Eu procurei saber aqui com o nosso administrador, mas não ouvi nada parecido. Eu tenho uma dúvida que não precisa ser respondida agora, pode ser depois. Eu queria saber se, dentre todas as pessoas que foram atingidas pelas chuvas, houve algum requerimento formal para que houvesse uma indenização por parte do Distrito Federal. Todos sabemos que todo aquele que causa prejuízo a outrem é obrigado a indenizar.

Eu não estou dizendo que a culpa tenha sido do Distrito Federal, mas estou dizendo que, se alguns dos senhores entendem que o Distrito Federal tem alguma responsabilidade, os senhores podem fazer um requerimento de indenização daquilo que foi prejuízo, para que seja analisado pelos órgãos competentes. Eu tenho certeza de que, se, de fato, o Distrito Federal verificar que há algum tipo de responsabilidade a ser indenizada, ele vai promover essa indenização sem maiores problemas. O que nós não podemos é trabalhar com hipótese.

Infelizmente, quando nós somos atingidos por um volume de chuvas, como foi o caso, nós não temos como avaliar os impactos. Nós tivemos, em Taguatinga, um prédio que desabou. Vimos ontem um incêndio numa pizzaria em Águas Claras. Recentemente, tivemos outro incêndio na região do Lago Norte. Todos aqui falaram sobre desabamentos no Rio de Janeiro, em Pernambuco. Eu digo para os senhores que eu tenho família que mora na região de Paraíba do Sul, uma das mais atingidas próximo a Petrópolis. Eu sei exatamente o que é isso, e a minha família está debaixo d'água, em Pernambuco. Inclusive recebi filmagens mostrando o avanço das águas na região. Ninguém fica feliz com isso e não usamos isso como bandeira, mas nós temos que resolver os nossos problemas. O Distrito Federal está à disposição para aquilo que for necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu vou passar a palavra ao Diogo Passos, que representa aqui o Núcleo de Engenharia da Terracap. Depois, Secretário Valmir, vamos voltar ao assunto da questão de prazo para retirada do entulho.

Lembramos que esta comissão é transmitida pela *TV Câmara Distrital*, em canal aberto, canal 9.3.

Concedo a palavra ao Sr. Diogo Passos.

Sr. DIOGO PASSOS – Boa tarde, nobre Deputado, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa. Quero agradecer a presença de todos aqui.

Eu quero dizer que a Terracap, como instituição do GDF, vem trabalhando incessantemente na regularização das áreas em sua dominialidade. Um dos braços dessa regularização é justamente o investimento em infraestrutura. Hoje a gente tem um convênio com a Secretaria de Obras de repasse dos recursos para essas obras de infraestrutura da ordem de 150 milhões de reais. Mas as ações desenvolvidas pela Terracap não param somente nessa obra de águas pluviais.

A gente, sempre quando demandada, seja pela Secretaria de Obras, seja por outros órgãos, está contratando estudos complementares, obras complementares, como, por exemplo, a complementação das redes de esgoto e de água no Setor Habitacional Vicente Pires. Dentre essas obras e demais ações, a gente sempre se colocou disponível para atuar junto aos demais órgãos. Sempre a gente faz reuniões em conjunto com a Secretaria de Obras. Com a própria Defesa Civil, a gente já foi várias vezes em campo tentar achar soluções mais adequadas à complexidade que é fazer as obras de infraestrutura em setores já ocupados. Elas não seguem o mesmo padrão de a gente fazer, por exemplo, como se fosse no Plano Piloto ou Guará, onde nasceram as obras primeiro e depois foram feitas as ocupações.

Então, devido à grande complexidade desse assunto, a gente também demanda soluções técnicas de formas mais adequadas a cada ponto. Por isso, a gente vem sempre fazendo reuniões, apontando soluções que sejam adequadas àquelas necessidades. Mas a gente sabe que, por ser parte do serviço público, a gente vê uma certa morosidade, o que é inerente à questão legal a que a gente tem que obedecer. A própria transparência e o processo legal demoram um pouco, mas, na medida do possível, a gente sempre se colocou à disposição, sempre enfrentou esses problemas de forma a minimizar os impactos à população e sempre ficou aberta ao diálogo para que a gente possa implementar todas as necessidades de infraestrutura e regularização para atender à população não só da Vicente Pires, que é o objeto desta audiência, mas também dos outros setores que a Terracap vem trabalhando, como Bernardo Sayão e, futuramente, Arniqueira também.

A gente sempre também se coloca aqui à disposição para qualquer população, seja por intermédio da administração regional, com quem a gente mantém um diálogo constante, ou diretamente, na Terracap, onde a gente está aberta sempre à população para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Diogo.

Acho que foi importante a sua fala porque, entre as pessoas que estão assistindo à gente, há muita gente que acha que a Terracap é simplesmente uma revendedora de lote, e não é. Aqui, nesta Câmara Legislativa, houve um projeto encaminhado na época do Governo Agnelo, e nós mudamos a Novacap, que hoje é uma Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

SR. DIOGO PASSOS – Agradeço o comentário, Deputado. Aproveito para falar que não são só as obras dos setores de regularização. A gente investe... Por exemplo, atualmente, a gente está com obras para reforma de quatro escolas em um convênio com a Secretaria de Educação. A gente também teve um convênio recente para reforma e construção de UPAs – Unidades de Pronto Atendimento. Então, a Terracap vem implementando os recursos que ela arrecada por meio dessas emendas sempre na melhoria e benefício da população que ela atende.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Exatamente.

SR. DIOGO PASSOS – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Portanto, é importante a gente fazer esses esclarecimentos para ficar demonstrada a importância que a Terracap tem hoje para a sociedade de Brasília.

SR. DIOGO PASSOS – Sem dúvida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A preocupação que a gente tinha era de que, no dia em que a Terracap vendesse o último lote, acabava. Agora, não. Inclusive, investidores fora de Brasília que estão assistindo à gente aqui poderão vir para o Distrito Federal investir. Os terrenos, em vez de serem vendidos, a Terracap entra com o terreno como sócia do negócio e, depois, tem participação no lucro. Não é isso, Diogo?

SR. DIOGO PASSOS – Justamente. Um dos modelos oriundos dessa melhoria que foi feita, como V.Exa. mencionou, foi a questão do estádio. A concessionária que hoje toma conta do estádio paga uma outorga para a Terracap, e esse recurso está sendo investido em obras e demais melhorias que a gente vem implementando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Exatamente. Obrigado, Diogo.

SR. DIOGO PASSOS – Eu que agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vou ouvir rapidamente o Efrain, porque ele disse que está com uma proposta. Ele andou conversando com a ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Explique essa proposta para a gente, Efrain, morador também da Chácara 43.

Concedo a palavra ao Sr. Efrain Neto.

SR. EFRAIN NETO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Deputado, meu amigo Deputado Chico Vigilante; Sr. Secretário; Sr. Administrador, também meu amigo há um bom tempo; Sr. Representante da Defesa Civil; Sr. Marcelo, representando o condomínio; os moradores Luiz e Mateus.

Ouvi o colega ali da Secretaria de Obras, e ele falou que somos o único ente federado que tem uma resolução – no caso, é a Resolução da Adasa nº 9/2011 – que traz uma série de burocracias para a questão da outorga no lançamento de água. Outorga e resolução, gente, ou faz conversa política ou faz lei.

Então, Deputado Chico Vigilante, acho que fica como sugestão V.Exa. verificar o que é possível fazer – já que a gente é o único ente federado –, naquilo que possa aprimorar e acelerar obras pluviais aqui, no nosso Distrito Federal. Se isso é um empecilho para atrasar a obra, acho que

a gente tem que botar um olhar sobre isso para que a gente possa efetivamente aprimorar uma resolução ou uma legislação que permita isso.

Eu queria aqui, também, só pontuar duas coisas rapidamente. Acho que há uma questão que é interessante aqui, no Distrito Federal, que a gente tem pontuado. A gente fala do crescimento populacional, do planejamento da obra, mas a gente é frouxa para fiscalizar a obra. Até falei isso para o meu amigo Admilson.

Se a gente quer tratar tudo como irregular e como ocupação, e isso impacta em uma obra que foi planejada em 2011, 2010, 2000, ou 1998, preciso fiscalizar quem está construindo. Fora do Distrito Federal, a gente segue uma série de regras. Hoje, não sou empreiteiro, não sou nada. Se eu quiser, junto ali e digo que sou um arquiteto, para fazer ironia com um monte de picareta que aparece em Vicente Pires, construindo, e que geram diversos impactos para uma série de pessoas, que são enganadas em suas construções, e geram impacto para o Poder Público porque você não sabe a qualidade da obra, você não sabe se a pessoa fez a impermeabilização, você não sabe se a pessoa fez a melhor ligação da água, do esgoto etc.

Então, eu acho que a gente tem de olhar isso! Desculpem-me. Não vou fazer acusações levianas, nem nada. Eu poderia dizer outras coisas, mas eu acho que é uma coisa que a gente pode olhar com cuidado.

Não é um problema unitário de Vicente Pires. É um problema em Sobradinho, é um problema em Samambaia e em vários outros lugares. E por aí vai.

A regra ficou a seguinte: constrói e depois regulariza lá na Terracap. Então, não precisa o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura fiscalizar, não precisa seguir padrão, e muitos moradores constroem sem saber nem se estão seguindo as regras da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que são normas necessárias.

Então, foi dito aqui tanto pelo nosso amigo da Defesa Civil quanto pelo secretário e pelo Admilson também: se há esse risco de você ter uma construção irregular, se isso cresce desproporcionalmente e se isso gera um impacto para a população, de alguma maneira, a gente tem de olhar.

Por fim, Deputado Chico Vigilante, eu acho que é importante, e a gente já fez uma conversa no condomínio sobre isto, e eu também já havia tido uma conversa com o Mateus: o Estado pode ser falho – no dia em que você visitou o condomínio, você falou isso –, mas ele funciona com papel. Se não chegar lá, notificar, protocolar o pedido, a indenização e tudo... Acho que foi muito importante a fala do secretário sobre esse ponto. Se você se sente lesado, entre, aponte no que você foi lesado, é importante, porque não vai chegar por matéria de jornal, não vai chegar por "Ah, eu mandei uma mensagem, eu disse, eu falei". É importante protocolar. Dê ou não dê, eu acho que é importante; não estou aqui discutindo a efetividade do Judiciário, nem do governo.

Porque muitas famílias perderam tudo, perderam TV, perderam geladeira, como foi o caso do Mateus e como foi o caso de quatorze famílias do condomínio. Aqui estão dois entre os que foram atingidos diretamente. Eu não fui atingido diretamente. Só na rua em que Mateus mora, foram os lotes da casa 5 à casa 18. Só dentro do condomínio, foram mais de quatorze famílias: um perdeu a área de lazer, outro perdeu a geladeira, outro perdeu o frigobar... Teve gente, como a nossa companheira da casa 20-B, que perdeu o material de trabalho dela, que é o cachorro-quente. Ela perdeu insumos: refrigerante, comida, salsicha... Ou seja, isso impacta, pois essas pessoas não têm capital de giro para chegar lá no dia seguinte e comprar não sei quantos quilos de salsicha, não sei quantos litros de refrigerante e colocar na rua.

Então, se a gente puder ajudar, Deputado Chico Vigilante, assim como alguém da Câmara também, pois essas pessoas, muitas vezes, não têm informação, não têm formação; se a gente puder orientar e se a Câmara ou a administração puderem, de alguma maneira, ajudar, a gente pode chegar a uma ação com a qual a gente possa minimizar os prejuízos dessas pessoas. Acho que isso já começa a ser um passo, que eu acho que pode ser imediato. Deixo isso como sugestão também para que a gente consiga diminuir um pouco esses prejuízos.

É isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Efrain.

Secretário Valmir, vamos dar um prazo para se retirar aquele entulho?

SR. VALMIR LEMOS – Vamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O senhor propõe até que dia para a gente não ver mais aquele entulho ali?

SR. VALMIR LEMOS – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu estou aguardando uma resposta aqui. Tenho trinta segundinhos aqui.

Eu queria só registrar que a nossa preocupação com a questão de acidentes é tão grande que, no dia 15 de dezembro do ano passado, o governador publicou o Decreto nº 42.818, criando um grupo de trabalho exatamente para enfrentar a questão das chuvas e dos acidentes naturais, haja vista que nós tínhamos informações de que, para o volume de água que poderia cair no início do ano, a previsão era de que seria bem acima da média dos últimos anos.

Então, esse grupo foi constituído pela Secretaria de Governo; pela Secretaria de Segurança; pela Secretaria de Desenvolvimento Social; pelo DF Legal; por todas as administrações regionais, que indicaram um representante; pela Defesa Civil; pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem; pela NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil; pela CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; pelo SLU – Serviço de Limpeza Urbana; pela CEB – Companhia Energética de Brasília. Todos esses órgãos se reuniram semanalmente. Nós tivemos reuniões para discutir tudo aquilo que poderia ocorrer ao longo de cada um desses períodos até que efetivamente o risco maior desaparecesse.

Dito isso, eu queria dizer para o senhor que, como eu não opero efetivamente o maquinário que precisamos utilizar, eu entrei em contato agora com a Novacap, porque, como eu havia citado, o contrato foi liberado ontem, numa audiência no Tribunal de Contas, e as máquinas que irão trabalhar precisam ser vistoriadas, precisam passar por uma inspeção. Eu estava trabalhando aqui com a data do dia 8, quarta-feira da semana que vem, mas recebi uma sinalização de que poderá começar já na próxima segunda-feira, dia 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Na segunda-feira, inicia-se o processo de retirada dos entulhos?

SR. VALMIR LEMOS – Exatamente. Então, fica aqui esse compromisso, dependendo, obviamente, de termos o equipamento à disposição.

A coordenação ficará a cargo da administração regional, na figura do Administrador Admilson. Qualquer problema que houver ou qualquer eventualidade, entraremos em contato com os moradores para cientificá-los e esclarecer qualquer problema que venha a ocorrer. Mas eu acredito que, a partir de segunda-feira, a gente começará essa retirada de entulhos. Volto a dizer: aqueles que sofreram prejuízos materiais, que queiram ou possam relatar, apresentem essas solicitações para que o GDF possa fazer a devida análise.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vamos deixar combinado assim: começará a retirada do material, se não acontecer nenhum contratempo – daquele entulho que, inclusive, servirá para tapar um monte de buraco em outros cantos –, na segunda-feira.

Eu quero propor aqui que a administração mande – ou se a Secretaria das Cidades puder colaborar também, quem sabe – dois técnicos, dois funcionários lá à comunidade para fazer um levantamento. Aí, cada morador já encaminha o seu requerimento com essa comissão de representantes do governo lá dentro, para que possamos ganhar tempo, porque a verdade é que as pessoas andam muito desconfiadas do Estado. Eu continuo acreditando no Estado. O Estado é moroso, mas eu continuo acreditando nele, porque, no dia em que não acreditarmos mais no Estado, será o fim. Eu estou falando de Estado, não estou falando de governo. Governos passam, e o Estado fica. Portanto, o dia em que eu não acreditar mais no Estado, acabou.

O que estou propondo? Que comece a retirada do entulho, do material todo, na segunda-feira. De acordo com o andamento, vocês verão quando deixarão tudo aquilo limpo, para que eles possam iniciar as obras de reconstrução. A Secretaria das Cidades, sob a coordenação da administração, Secretário Valmir, disponibilizará uns dois técnicos da secretaria para irem ao local, para que as pessoas cheguem e façam os seus requerimentos, ou seja, requerimento *in loco*, detalhando a situação: perdi minha geladeira, perdi minha casa, perdi meu fogão, perdi tudo. Eles

documentam tudo e encaminham para vocês, para saberem se terá como fazer indenização ou se terão que entrar na Justiça.

Há um caso que foi relatado por você a respeito da água. Está provado que você não usou a água! A Caesb está cobrando! Portanto, é uma questão a ser resolvida também pelo governo com a Caesb. Você não usou a água, até porque você não é doido, porque, com aqueles canos quebrados, você iria pegar algum tipo de doença pela urina do rato e por uma série de coisas. A água sai limpa de dentro dos canos. Sei lá se sai limpa, porque, como os canos quebraram, deve ter entrado sujeira. Aí vem uma conta de 700 reais? Eu acho que a Caesb deveria ter bom senso.

Podemos combinar assim: mandar dois técnicos para lá, sob a coordenação da administração?

SR. VALMIR LEMOS – Deputado, eu, particularmente, entendo que, como são objetos pessoais, uma série de valores que podem ser avaliados... Por exemplo, a questão da própria casa, do muro, do portão, o ideal é que cada um faça o seu, porque o funcionário da administração não terá condição de fazê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Não, o que estou dizendo é que eles vão fazer, e a pessoa já estará lá para receber.

SR. VALMIR LEMOS – Ah, não. Para receber, está tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Para facilitar a vida deles.

SR. VALMIR LEMOS – Eu pensei que fosse para eles irem lá fazer o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Não, não. Eles irão lá e dirão: “Está aqui, esse é o meu relatório”. O funcionário da administração ou da Secretaria das Cidades pega e traz.

SR. VALMIR LEMOS – É aquilo que todo mundo sabe: todo tipo de requerimento precisa ser minimamente comprovado com fotos, notas fiscais, recibos de compras. Tudo aquilo que você possa efetivamente demonstrar que estava em seu poder e que foi danificado, precisa ser apresentado. Nós vamos fazer as análises que forem necessárias.

Podem ter certeza de que o Governo do Distrito Federal não se furta a discutir os problemas e buscar as soluções. Nesse caso específico, precisamos ter realmente uma relação do prejuízo que ocorreu, para que possamos ver qual encaminhamento que vai ser dado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Beleza!

Outra questão é verificar se vai ser necessária uma obra complementar de drenagem na área. Acho que é importante a Secretaria de Obras verificar isso. São importantes as drenagens que estão sendo feitas, mas pode ser preciso algo complementar, lá na área. Agora, já podemos ter um projeto com a palavra do síndico, dizendo que está liberando para vocês entrarem lá na hora em que quiserem.

Eu fico pensando cá comigo: o Estado quer fazer, e o síndico diz que não pode? Eu, sendo representante do Estado, teria prendido o síndico na hora. Na hora! Depois, quando acontecer o que aconteceu, o síndico está onde? Aí, ele vai dizer que não tem culpa.

Portanto, Valmir, é interessante a Secretaria de Obras verificar se é preciso um projeto complementar de drenagem na região.

Por último, tenho uma sugestão que, depois, vamos encaminhar em forma de indicação. Estou pensando em um projeto para ser adequado às normas de redação legislativa. Ficará criado o Sistema de Proteção Social e Patrimonial dos Cidadãos – SPPC, para ressarcimento de prejuízos causados por eventos climáticos no Distrito Federal.

O SPPC será constituído por um comitê coordenado pela Casa Civil do Governo do Distrito Federal e terá a participação das secretarias, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros e da sociedade civil. Definiremos depois essas secretarias e os representantes da sociedade civil que participarão desse comitê. Ficará criado o Fundo de Ressarcimento Solidário dos Prejuízos Provocados por Eventos Climáticos, constituído por 5% do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana arrecadado pelo GDF e administrado pelo SPPC.

Em caso de prejuízos materiais causados por eventos climáticos, o cidadão prejudicado deverá requisitar, junto ao SPPC, o ressarcimento, com a descrição de todos os prejuízos sofridos e a comprovação deles. Declaração falsa estará sujeita às penas da lei.

Caso a demanda por ressarcimento supere o montante do fundo, o GDF deverá manejar recursos orçamentários da reserva de contingência de outras rubricas e da Defesa Civil.

Portanto, vou transformar isso em uma indicação a ser encaminhada ao Governo do Distrito Federal. Acho que é uma inovação que a gente vai ter aqui. Você vai ter um fundo. Na hora em que acontecer um evento climático como esse, você já sabe de onde tirar o recurso. Cinco por cento de todo o IPTU pago na cidade vai para esse fundo. Assim, desburocratiza-se e facilita-se o ressarcimento. Acho que a sociedade vai agradecer se a gente fizer isso.

Portanto, vou fazer a indicação e quero que você me ajude no convencimento do Governo do Distrito Federal, para que a gente possa criar esse fundo. É uma inovação. Acho que é um fato importante, tendo em vista os 37 pontos críticos que existem no Distrito Federal. Sabe Deus como vão conseguir resolvê-los.

Por exemplo, no Pôr do Sol, no Setor P Sul, os caras conseguiram colocar uma comunidade no pé da cachoeira. Fica gente mentindo, dizendo que aquilo vai ser regularizado. Não vai ser regularizado porque não tem como regularizar. Em época de campanha política – essa é uma coisa que me incomoda muito aqui no Distrito Federal –, o índice de mentiras e de promessas que não serão cumpridas se eleva bastante, que é outra coisa com a qual a gente tem que ter cuidado também.

Inclusive, para encerrar a nossa audiência, vou contar rapidamente como é que surgiu o Pôr do Sol. Eu gosto de contar essa história. O Pôr do Sol, o Valmir o conhece, eram chácaras de produção agrícola. Num determinado dia de 2002, um grupo de Deputados desta Câmara Legislativa foi lá. Um chacareiro reuniu os outros chacareiros, cozinhou algumas macaxeiras, arrumou uns queijos, fritou uns ovos e tal. Eles comeram, voltaram para a Câmara Legislativa, na sede antiga, e escreveram um projeto. Depois, graças a Deus, nós acabamos com esse tipo de projeto, que é o chamado projeto autorizativo. O projeto dizia: fica o Governo do Distrito Federal autorizado a proceder estudos da viabilidade de transformar o Pôr do Sol de área rural em área urbana.

Eu pergunto a vocês e a quem está assistindo a esta reunião: o governo precisa da autorização de alguém para fazer estudo? Não precisa, gente. Portanto, era uma mentira. Só que voltaram com esse papel e disseram para a população que estava liberado o Pôr do Sol. E aí lotearam tudo, venderam tudo. A Terracap fez muito bem e entrou na Justiça para reintegração de posse.

Quando estava acontecendo aquela situação do Pinheirinho, em São Paulo, saiu a decisão da Justiça mandando reincorporar. Imaginem a confusão que ia dar: 4.500 casas sendo derrubadas! O que fez o Governo Agnelo? Eu até sugeri ao governador: peça um tempo à Justiça para a gente dar um jeito nisso. A Terracap, que era dona do processo, orientada pelo governador, que era o acionista majoritário, entrou na Justiça pedindo um tempo. A Justiça autorizou, e nós partimos para a legalização do Pôr do Sol. Está andando bem a legalização.

Depois vieram obras de infraestrutura. Só que, quando você vai fazer obras de infraestrutura em locais já habitados, isso triplica os preços. Todos nós conhecemos o P Sul, o P Norte e a Guariroba, que foram os últimos setores planejados do Distrito Federal. Se você comparar as obras que foram feitas ali, para que as casinhas fossem entregues, é muito menos do que está sendo gasto em Vicente Pires, é muito menos do que está sendo gasto no Pôr do Sol, é muito menos do que está sendo gasto no Sol Nascente, porque os grileiros venderam as terras, e sobrou a conta para nós todos. É a sociedade de Brasília que está pagando. Não há nenhum grileiro na cadeia, eles estão ricos por aí, e a conta está aí para a gente pagar.

Dito isso, eu vou conceder a palavra ao Sr. Marcelo Lima Ferreira, síndico do Condomínio Green Garden. Você tem um minuto para as suas considerações finais.

SR. MARCELO LIMA FERREIRA – Eu agradeço a palavra de novo.

Espero que esta audiência pública dê um resultado favorável a nós moradores.

Vamos ficar atentos a tudo que vai acontecer. Como o Deputado falou, a gente precisa de metas em curto, médio e longo prazos. Vamos assessorar a administração, vamos cobrar, vamos manter contato porque precisamos, sim, caminhar. Principalmente porque não foi só o nosso condomínio que foi afetado. A Rua 10A e a Rua 10B foram afetadas pela enchente que veio da Rua 12, uma rua pequena de Vicente Pires.

(Soa a campainha.)

SR. MARCELO LIMA FERREIRA – Agradeço e desejo boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra ao Sr. Diogo Passos para as considerações finais.

SR. DIOGO PASSOS – Boa tarde a todos.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos que cabem à Terracap e nos colocar novamente à disposição tanto da população quanto dos demais órgãos e, principalmente, da Câmara Legislativa para o que for necessário.

Quero colocar também o corpo técnico da Terracap à disposição para auxiliar no que for necessário nessa parte técnica de engenharia, que é a parte a que sou afeto, para poder levar essas obras e minimizar esses danos causados pelas últimas chuvas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Diogo.

O Luiz já saiu.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Sandro Jardim.

SR. SANDRO JARDIM – Em nome da secretaria, eu queria agradecer a oportunidade de prestar os esclarecimentos e frisar que a secretaria, ao longo de todos esses anos, desde o começo das obras até agora, vem trabalhando de forma bastante intensa, com um corpo técnico bastante qualificado, para garantir que as obras sejam executadas com a melhor técnica, pelo menor preço.

A gente sabe que nem sempre isso é fácil de fazer, mas a secretaria está à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Efrain Neto para suas considerações finais.

SR. EFRAIN NETO – Agradeço a mobilização de todos vocês e, em especial, agradeço ao Deputado Chico Vigilante por provocar este debate e verificar que as autoridades conhecem um problema que está dado. Então, que a gente possa coletivamente construir a melhor solução possível para evitar que isso possa ocorrer novamente.

Fica também um pedido para que a gente consiga ressarcir os prejuízos, principalmente, de imediato. A infraestrutura, a gente sabe da dificuldade que é, dos preços que são. Mas existe gente que precisa comer e não tem geladeira. Há outras pessoas que tiveram prejuízos materiais para os seus negócios.

Enfim, agradeço ao Deputado Chico Vigilante; ao Secretário Valmir Lemos; ao Administrador Regional de Vicente Pires, Admilson Teixeira; à Defesa Civil; ao Secretário de Obras.

Espero que o melhor venha. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Mateus, você emocionou a todos nós com seu depoimento, tocou profundamente aqui as autoridades.

Acho que as coisas começam a tomar rumo. Estou acreditando piamente que os entulhos serão retirados, que esse levantamento dos prejuízos será feito com muito critério e, dentro das possibilidades, eles serão ressarcidos, e que haverá obras complementares.

Concedo a palavra ao Sr. Mateus Carvalho, para as suas considerações.

SR. MATEUS CARVALHO – Eu quero agradecer a todos os membros da Casa e ao Deputado Chico Vigilante pela belíssima proposta feita agora em relação a nós moradores de Vicente Pires e também do Distrito Federal que passaram por essa situação.

É isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Admilson, é muito importante a sua presença. Quero agradecer, mais uma vez, a sua participação.

Concedo a palavra ao Sr. Admilson Teixeira, Administrador Regional de Vicente Pires, para suas considerações finais.

SR. ADMILSON TEIXEIRA – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu queria agradecer também à Casa por essa oportunidade. Colocamo-nos à disposição.

Essa administração, aliás, esse Governo Ibaneis – não é, Valmir? – é um governo que tem facilidade, tem dado facilidade e tranquilidade para a comunidade de Brasília, não só para Vicente Pires.

Nosso ex-administrador foi eleito duas vezes o melhor administrador de Brasília, e estou dando seguimento a esse processo, porque nós somos administradores que não paramos dentro de gabinete. A gente veste o colete de manhã, de tarde e, se brincar, até de noite. A gente não para.

É como se diz: eu sou morador, então a gente segue o barco.

Aproximadamente temos 42 grupos dentro de Vicente Pires, estamos falando diariamente com mais de 10 mil pessoas e temos conhecimento do que realmente acontece dentro da cidade.

Nesta fala, agradeço ao Deputado, ao Marcelo e a todos aqui da Mesa.

Contem conosco, e vamos trabalhar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Subsecretário da Defesa Civil do Distrito Federal, Luciano Maximiano da Rosa.

Antes, porém, eu devo contar um fato acontecido da Defesa Civil. Ali na Ceilândia Norte, parece-me, temos o Centro de Ensino Fundamental nº 13. De repente, Valmir, e isso já tem tempo, as formigas, que são um bicho inteligente, criaram uma casa debaixo da casinha do gás. O recipiente do gás afundou, rompeu os lacres e tudo, e o gás entrou na tubulação. Aquela escola estava prestes a ser implodida pelo gás que tinha entrado pela tubulação. Imediatamente, nós chamamos a Defesa Civil. Eu compareci lá a pedido da diretora.

Vocês chegaram e já interditaram tudo. Depois, a gente deu andamento à situação. Salvamos a escola. Depois, refizemos a cantina com a casa de gás e tudo. A escola está hoje lá muito bonita, graças à Defesa Civil.

Portanto, vocês vão e atuam desde o combate a formigas traquinas, que fazem esse tipo de coisa, até a desabamentos e a questões mais complicadas no Distrito Federal.

O senhor está com a palavra.

SR. LUCIANO MAXIMIANO DA ROSA – Obrigado, Deputado.

Agradeço o convite novamente. Fico feliz de ter ajudado no entendimento do assunto.

A Defesa Civil, como órgão da Secretaria de Segurança Pública, sempre está à disposição, junto com Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar. Nós buscamos sempre atender à sociedade naquilo de que ela precisa.

A Defesa Civil tem um lema em todo o Brasil: a Defesa Civil somos todos nós. Então, sempre que precisarem, vamos estar lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Secretário Valmir, agradecendo a sua participação, que é muito importante, e com a certeza de que, na segunda-feira, começaremos a retirada daquele entulho e que, depois, será feito todo o

levantamento do ressarcimento dos danos, das obras complementares que terão que ser feitas, passo a palavra ao senhor para as suas considerações finais.

SR. VALMIR LEMOS – Mais uma vez, eu gostaria só de agradecer à Câmara Legislativa do Distrito Federal pela oportunidade que nos concedeu de apresentar o trabalho que o Governo do Distrito Federal, capitaneado pelo Governador Ibaneis, tem realizado.

Sabemos que os problemas e as dificuldades são muito grandes, mas contamos com esta Casa, contamos com os Parlamentares que aqui estão, que são pessoas experientes e sabem o quanto é difícil administrar a coisa pública, para que possamos chegar a bom termo em todas as questões e melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Muito obrigado. Agradecemos, mais uma vez, o convite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Secretário Valmir. Leve o nosso abraço ao Secretário José Humberto. Vocês são uma equipe que, em toda vez que a gente solicitou, nunca furou. Vocês sempre estão aqui presentes. Portanto, merecem os nossos parabéns.

Eu quero agradecer aos servidores do meu gabinete, que contribuíram de maneira decisiva para que acontecesse esta sessão; ao pessoal do Cerimonial, representado aqui pela Verônica e por outros integrantes; ao pessoal da Polícia Legislativa; ao pessoal do som que está ali, bem como ao pessoal da *TV Câmara Distrital*, que se empenha tanto para levar as nossas sessões a toda a comunidade do Distrito Federal e do mundo; ao pessoal da copa – vocês viram o carinho com que essas meninas servem a gente aqui, o capricho que elas têm –; aos intérpretes de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, que é um trabalho importantíssimo para aquelas pessoas que dependem deles; ao pessoal da limpeza, nossas companheiras e nossos companheiros da limpeza aqui da Câmara Legislativa; ao pessoal do apoio ao plenário – mais uma vez agradecendo à *TV Câmara Distrital* –; e ao pessoal da taquigrafia, que anota tudo – aqui não passa nada que não seja captado por eles, uma das profissões mais extraordinárias que eu acho é a de taquígrafo e de taquígrafa.

Muito obrigado a todas e a todos.

Agradecendo a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e dos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa com a sua presença, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 17h10min.)



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 06/06/2022, às 17:49, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 06/06/2022, às 18:33, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0813617** Código CRC: **D6EC910B**.